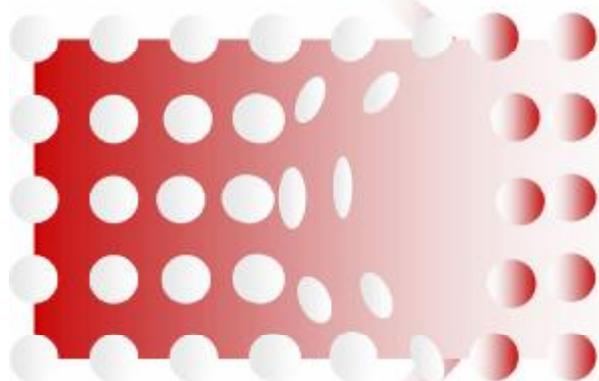


SIMCIS



simpósio em ciências sociais

SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CADERNO DE RESUMOS

11 a 13
de maio **2009**

ANFITEATRO DO CAMPUS DA UNEMAT

SINOP/MT

APRESENTAÇÃO

O SIMCIS é uma iniciativa da turma do Mestrado Interinstitucional em ciências sociais, UNEMAT/UNISINOS/FAPEMAT, oferecido no *Campus* Universitário de Sinop, da UNEMAT. O Evento tem como objetivo principal proporcionar o debate e discussão de temas de interesse para o Estado de Mato Grosso como: Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

O SIMCIS visa debater questões referentes às iniciativas da sociedade e às políticas públicas, nos campos do Ambiente, dos Direitos Humanos e da Economia Solidária, bem como de temas afins, ao proporcionar um espaço estadual para discussão de temáticas sociais e estimular reflexões sobre as concepções e práticas relacionadas à pesquisa em ciências sociais e à sua *práxis*.

Serão realizadas mesas redondas com pesquisadores de temáticas da área social, com debates sobre estudos realizados em várias regiões do País e do Mundo. Ocorrerá a apresentação das pesquisas desenvolvidas pelos 28 alunos do Minter em Ciências Sociais, que hoje estudam questões sociais de Mato Grosso. Também terá lançamento de livros de autores da UNEMAT e da UNISINOS.

Mato Grosso é um Estado em constante processo de formação de sua identidade local, pois em sua vastidão territorial, percebe-se diversidade de etnias, movimentos sociais e econômicos em torno de problemas sociais, tais como a questões: ambientais, do trabalho e renda, entre outros. Neste momento, o debate se torna necessário em torno destas questões e o SIMCIS vem ao encontro desta necessidade, proporcionando um espaço para o diálogo e para reflexões sobre as políticas públicas, envolvendo os diferentes atores sociais que buscam o desenvolvimento econômico e social da região.

MINTER EM CIÊNCIAS SOCIAIS

O Mestrado Interinstitucional (Minter) é um programa de pós-graduação *stricto sensu* realizado por meio de parceria entre universidades. Caracteriza-se como Projeto MINTER o atendimento de um grupo ou turma de alunos, por um programa de pós-graduação com curso de mestrado reconhecido pelo MEC/CNE, permitindo a utilização da competência de programas já consolidados para, com base em formas bem estruturadas de parceria ou cooperação interinstitucional, viabilizar a formação de mestres fora dos grandes centros educacionais.

A aprovação do Projeto Minter pela CAPES expressa o reconhecimento de que as atividades a ele referentes atendem aos requisitos de qualidade do curso legalmente oferecido na sede do programa e se integram àquelas a ele correspondentes.

O Minter em Ciências Sociais é uma parceria envolvendo a UNEMAT, a UNISINOS e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso (FAPEMAT). Ocorre no *Campus* Universitário de Sinop desde outubro de 2008.

Criado em 1999, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS, com Área de Concentração em *POLÍTICAS E PRÁTICAS SOCIAIS*, propõe-se a realizar o exame das questões vinculadas às ações e às visões do Estado e da Sociedade relacionadas à questão social, especialmente no que respeita aos campos e processos de expressão das desigualdades. Aborda tais questões teoricamente e em seus desdobramentos metodológicos e empíricos, sob a ótica da pesquisa e da intervenção de atores e instituições.

A LINGUAGEM DENTRO DO FLUXO DA MIGRAÇÃO

Autora: Agnéia Luciana Lopes de Siqueira Hasselstrom
Orientador: Karl Martin Monsma

A história de um povo pode esclarecer aspectos da colonização que nos faz entender a variedade linguística existente no Brasil, ocorrida por conta da ocupação do território brasileiro por diferentes povos. A língua portuguesa foi a que predominou na ocasião da colonização, porém a diversidade de linguagens trazidas pelos colonizadores é percebida ainda nos dias de hoje, através dos fonemas, rotacismo, lambadismo, e outras variantes peculiares às línguas dos colonizadores que se instalaram em diversas regiões. Portanto, a linguagem se tornou questão de identidade do falante podendo representar também a região do país a qual pertence. Este fenômeno cultural pode ocasionar preconceitos linguísticos, onde a cultura do outro, exposta através da forma de falar, condicionada ao regionalismo, é em alguns casos, estigmatizada ou considerada inferior pelo outro. A migração possibilita a interação desta diversidade linguística, podendo haver um confronto cultural, causando em alguns casos constrangimentos devido às diferenças da língua e o desconhecimento da mesma. Considerando que a variedade linguística é uma característica de nosso país é necessário que se tenha consciência deste fato, para que a ignorância quanto à variedade linguística não venha por perjurar essa característica. A linguagem é o principal meio pelo qual as pessoas se relacionam e expressam suas opiniões, anseios e objetivos, logo, é através dela que acontece a inserção social. Portanto, esta investigação busca compreender a interação entre os indivíduos através da variação linguística ocasionada pelo regionalismo no processo da migração. Será analisado o possível desconhecimento deste fenômeno cultural, a existência ou não da variação linguística, a consciência sobre diversidade linguística e como as pessoas lidam com este assunto. Com base na etnografia, a pesquisa será elaborada com caráter qualitativo e quantitativo, e será aplicada em escolas, comércio em geral e ambientes familiares, na região de Sinop e cidades vizinhas, utilizando-se de visão interpretativa para compreensão e explanação dos dados para posterior explicação sobre o processo comunicativo.

Palavras-chave: Variação Linguística, Preconceito, Cultural.

ESTUDO DA CIDADE E SUA INFLUÊNCIA NOS CONCEITOS DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE SINOP-MT SOBRE VIOLÊNCIA URBANA

Autor: Divino Batista Alves Rosa
Orientador: José Rogério Lopes

O tema possui como base de estudos, problemas relacionados à organização da sociedade que se materializam nas cidades, sobretudo a violência urbana e segregação espacial. O elemento de destaque neste estudo é a possível influência da educação enquanto modelo institucionalizado e que tem como estrutura organizadora o Estado. Desta perspectiva, a educação proporciona vários subsídios de ação, pois é utilizada tanto nos processos de transformação da sociedade -no sentido de melhorar ou transformar a qualidade de vida da população -quanto para

conservação, ou seja, reproduzir uma ordem, um modelo vigente na organização da sociedade. Então, posições políticas e filosóficas das pessoas, grupos e educadores vão influenciar ou interferir no planejamento das diretrizes da educação. Entender a cidade, como coloca Carlos (2004), é de fundamental importância, uma vez que considera a cidade como construção humana, um produto histórico-social, aparecendo como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico, expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo; a cidade contendo e revelando ações passadas ao mesmo tempo, já que é construída a partir de tramas, ocorrências do presente, implicando assim na impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico em que vivemos. Portanto, o modo pelo qual é abordado o conteúdo/cidades nos livros didáticos de geografia, reflete essa historicidade, de forma que conhecer os fatores históricos, políticos e socioeconômicos da cidade poderá implicar em ações, por partes dos alunos, de melhorias nas suas vidas, uma vez que a cidade é seu espaço, local de sobrevivência é onde se desenvolve enquanto ser, sujeito de sua própria vida.

Palavras-Chave: Cidades, Violência, Educação, Estado.

UM ESTUDO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ÉTICA E CIDADANIA PARA ALÉM DO CURRÍCULO

Autora: Enaide Tereza Rempel
Orientador: Aloísio Ruscheinsky

O sistema educacional brasileiro tem sido desafiado pela proposta de inserir um debate sobre meio ambiente em seus conteúdos curriculares e de abordar a educação ambiental de forma transversal. Neste sentido, a educação ambiental tem se configurado como uma importante estratégia na busca de uma sociedade mais equilibrada e sustentável, assim, vem se consolidando como prática educativa na educação escolar e, em todos os espaços da convivência cotidiana de nossas vidas. A crise ambiental, provocada pelas crises econômica, política, institucional, energética e sócio-cultural requer uma ação educativa voltada ao rever a relação do homem com a natureza. O ambiente precisa ser entendido como um conjunto de componentes naturais e sociais e suas interações em um espaço e em um tempo determinados, associado à dinâmica das interações sociedade/natureza e suas consequências no espaço em que habita o homem, e do qual o mesmo também é parte (Medina, 1994). A pesquisa pretende reunir elementos que permitam ao educador compreender os problemas do meio ambiente e da educação ambiental, ampliando o conceito destes, que muitas vezes, se resumem numa visão naturalista de representação social, onde não são considerados os aspectos sociais e políticos. Visa à teorização em torno de uma intervenção educacional voltada para a questão ambiental, capaz de possibilitar a construção de conceitos ecológicos, sociais e culturais que desperte a consciência dos grupos e atores sociais, estimulando-os a participação na proteção, manutenção e valorização do meio ambiente. A educação ambiental está empenhada em estabelecer através de uma educação transformadora, as condições que permitirão uma participação ativa do indivíduo nas questões sócio-ambientais, atuando criticamente na superação das relações sociais

vigentes, no reconhecimento das diferentes necessidades, interesses e modos de relação com a natureza, a fim de buscar caminhos democráticos, sustentáveis e justos para todos.

Palavras Chave: Educação Ambiental, Participação, Currículo.

REPERCUSSÕES PSICOSSOCIAIS DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA: OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL

Autora: Fabiana B. Cambuy de Andrade
Orientadora: Marília Veríssimo Veronese

Na atualidade, a droga representa um problema mundial, cuja dimensão afeta setores sociais importantes e, embora esteja presente há muito tempo nas diferentes sociedades, não conta, no Brasil, com uma política organizada e consistente para enfrentar sua complexidade. Mesmo tendo adquirido estatuto médico no fim do século XIX e início do século XX, o consumo de álcool e outras drogas só se constituiu como problema de saúde pública nas últimas décadas do século XX. Compreendendo o fenômeno da dependência química como um problema complexo, de natureza biopsicossocial, a presente pesquisa partirá da perspectiva de que atualmente convivemos com um crescimento significativo do consumo de drogas e os problemas relacionados ao abuso e dependência refletem de forma direta na saúde pública, exigindo políticas voltadas para ações em nível de promoção da saúde, prevenção e tratamento dos dependentes químicos. Neste sentido, pretende-se aprofundar a discussão sobre essa problemática, contextualizando-a no âmbito da sociedade atual, buscando-se identificar como o tema das drogas passou a fazer parte da agenda da saúde pública brasileira, bem como avaliar as possibilidades de construção de um novo modelo de assistência, com potencialidades para promover a prática de cuidados frente ao abuso e à dependência de drogas. Trata-se de um estudo exploratório de natureza qualitativa a ser desenvolvido junto ao Programa Saúde da Família do município de Sinop/MT, tendo como sujeitos da pesquisa os profissionais responsáveis pela coordenação das equipes que atuam no programa. Os dados serão coletados através de entrevistas semi-estruturadas e o tratamento dos resultados será realizado por meio da análise temática de conteúdo.

Palavras-chave: Abuso de Drogas; Dependência Química; Políticas Públicas; Programa Saúde da Família; Pesquisa Qualitativa.

GLOBALIZAÇÃO X PRODUÇÃO FAMILIAR UMA LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

Autor: Luis Florentino Silva
Orientador: José Odelso Schneider

Desde o início da colonização do Brasil, a posse da terra sempre esteve concentrada nas mãos de uma minoria, levando uma grande massa da sociedade a viver numa situação de marginalidade. A partir de 1950, com a modernização capitalista no campo, grande contingente de trabalhadores meeiros e pequenos proprietários foram expulsos provocando o êxodo rural. O grande número de

cidadãos que foram sendo empurrados para a periferia das cidades, dada a baixa qualificação dos mesmos, resultou em um processo de miserabilidade, levando uma expressiva parcela dessa população a voltar para o campo, como trabalhadores temporários, consolidando assim uma situação de pobreza. Após essa concentração de renda e o crescente índice de miserabilidade é que, a partir do ano de 1984, surge no Brasil um movimento que resiste a essa situação imposta pelo capital, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), que tem como embrião a Região Sul do Brasil, lançando suas bases por todo o território brasileiro. Porém, não basta receber a terra, é necessário ter acesso aos meios que viabilizam a permanência na mesma. Assim surge como grande desafio para as bases do MST, sensibilizar os assentados da necessidade de construir modelos de produção a partir de cooperativas e associações, na busca de um maior rendimento no campo e de melhores preços na compra de insumos e venda dos produtos. O que também é justificado pela necessidade de “produzir resultados” para a opinião pública, através dos processos de assentamento de reforma agrária. Assim, busca-se analisar como se dá o uso da terra para a produção agropecuária no assentamento Margarida Alves e na área de ocupação de posse mansa e pacífica na Fazenda Morado Sol e a qualidade de vida das famílias ali residentes, com a produção obtida do seu trabalho na exploração econômica de seus respectivos lotes de terra.

Palavras chave: Êxodo-rural, Periferia, Miserabilidade, Permanência, Reforma Agrária.

A EDUCAÇÃO CIDADÃ COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DE MULHERES ASSENTADAS

Autora: Nilda Franchi

Orientadora: Marília Veríssimo Veronese

Nos tempos modernos, assim como na antiguidade, o acesso ao conhecimento formal e sistematizado sempre foi um direito de poucos, daqueles que eram “livres para pensar” e que não precisavam despende de seu tempo em atividades que lhe promovessem a subsistência e lhe garantissem a sobrevivência. A democracia do capital, representada pela elite e também pelo Estado, sempre foi seletiva e excludente, separando o homem trabalhador, do homem de ciência, beneficiando somente os que estão no topo da pirâmide social. Em contraponto à educação formal, nasce a educação cidadã (educação popular), nos anos da ditadura. Surgida de uma educação não formal e possuidora de uma linguagem pluralista, polissêmica e horizontal, ela se propôs como uma prática educativa, com campos específicos de pesquisa e métodos próprios, articulando-se a movimentos nacionais e internacionais de educadores no terceiro setor e ampliando seu leque de ações no Brasil. Para Brandão (2002) a Educação Cidadã Libertadora torna-se uma ampla e difusa forma de trabalho político que, através da cultura e das práticas pedagógicas abertas a vários campos sociais de atuação, não restritas ao âmbito do sistema escolar, transforma sujeitos participantes, em sujeitos críticos, que buscam, além de seus direitos civis e políticos, também os econômicos, sociais e culturais. Tendo como missão propiciar uma educação democrática para as classes populares e permitir a concretização de justiça social, instrumento válido e eficiente na

construção do processo de redemocratização e fortalecimento do poder popular (Wanderley, 1980), seu fortalecimento se dá quando os grupos se encontram, se reconhecem como iguais e se percebem no mundo que os cerca (Garcia, 1980). Mas, para isto, são necessárias condições que possibilitem um processo constante de explicitação do conceito de cidadão, do conjunto de valores que lhe são subjacentes e de condições objetivas que permitam sua concretização (De Vargas, 2003). Neste sentido, este projeto tem objetiva realizar um estudo sobre o empoderamento e a transformação socioeconômica e cultural de um grupo de mulheres moradoras do assentamento Água Boa, no município de Juara, Estado de Mato Grosso. Constituindo-se com um grupo social amplo dentro da sociedade, a mulher vem lutando ao longo dos anos, para construir sua própria identidade, independente de classe social, etnia, origem ou divisão de trabalho. Sua inserção no universo social e, mais especificamente no mercado de trabalho, principalmente quando estas vivem no meio rural, depende de uma formação escolar mínima, seja ela formal ou técnica. Mesmo com o panorama mundial e brasileiro evoluídos no setor empregatício, ela ainda encontra dificuldades diante dos fatores idade, cor, escolaridade, renda familiar e maternidade, principalmente nos setores voltados ao trabalho doméstico ou no campo, aonde não há perspectivas para seu crescimento sócio-econômico e cultural. Neste contexto, este estudo procurará compreender como a educação cidadã poderá contribuir para que este processo de transformação social das mulheres do assentamento Água Boa aconteça. Apontará, também, os impactos mais significativos desta busca, quando essas mulheres se descobrirem como sujeito protagonista de sua própria história e fazedoras de sua identidade. A relevância deste trabalho estará focada na promoção do segmento pesquisado e na contribuição da formação da autora, a qual já está inserida no processo de alfabetização dos atores estudados, desde o mês de janeiro do ano de 2008.

Palavras-chave: Educação Cidadã, Assentamentos, Gênero, Inclusão Social.

O PROCESSO NORMATIVO SOCIALIZADOR: RELAÇÕES ENTRE A COLÔNIA DE GORKI E A ESCOLA DE APLICAÇÃO/UNEMAT

Autor: Guilherme Angerames Rodrigues Vargas
Orientador: Solon Eduardo Annes Viola

A Escola de Aplicação e Valorização Humana Lázara Falqueiro de Aquino foi criada pela Universidade do Estado de Mato Grosso em 1994. A escola era vinculada ao Campus universitário Jane Vanini em Cáceres/MT. A Escola de Aplicação tinha em maioria estudantes em risco social e vindos de famílias de baixa renda. Devido grande incidência de atos de violência em 2004 foi proposto e posto em execução o projeto “Vamos construir nosso Código de Conduta”. O projeto visava dar autonomia para o estudante em um processo de auto-regulação, para que se percebesse responsável pelos seus atos e dos demais estudantes. O Código de Conduta, que resultou do projeto, foi elaborado por um grupo de estudantes, representantes de cada etapa da Escola (1ª a 9ª) sem interferência direta da administração escolar. O Código é uma norma simples, sem organização estrutural complexa, não obedecendo às normas do ordenamento jurídico. A Construção do Código de Conduta é similar ao ocorrida nas Colônias de Gorki, relatada por Makarenko na

obra Poema Pedagógico (1987). Em Gorki os internos decidiam as questões da colônia, através de auto-regulação. Por meio da Teoria Tridimensional do Direito (Reale, 1995) e da análise de conteúdo juntamente pretende-se buscar fatos e valores presentes no Código de Conduta e em Poema Pedagógico. O processo de elaboração do Código de Conduta será analisado a partir de uma abordagem descritiva, com enforques qualitativos, utilizando análise documental, no caso, do projeto “Vamos construir nosso Código de Conduta” e o próprio Código de Conduta, assim como da obra Poema Pedagógico. A investigação busca compreender o processo socializador ocorrido na criação do Código de Conduta da Escola de Aplicação/Unemat em comparação ao método de Makarenko, desenvolvido na Colônia de Gorki.

Palavras-chave: Processos normativos socializadores, Tridimensionalismo do Direito, Autorregulação.

FRONTEIRA SILENCIADA: OS CHIQUITANOS NO BRASIL E NA BOLÍVIA

Autora: Ilka Massumi Okada

Orientador: Solon Eduardo Annes Viola

A fronteira Brasil-Bolívia é caracterizada como um espaço transnacional, distante dos grandes centros hegemônicos dos Estados-Nação, o que suscita a investigação de saberes, singularidades, necessidades e problemas típicos. Os processos de territorialização na fronteira estão imbricados com perspectivas identitárias, vinculados precipuamente à construção da nação baseada na violência e na exclusão. Estes processos são característicos nas populações em regiões fronteiriças como Brasil-Bolívia, acontecendo também com a etnia Chiquitana. Os Chiquitanos vivem em sua maior parte na Bolívia e uma menor parte no Brasil (Silva, 2005, p. 119). No lado brasileiro, no Estado de Mato Grosso, vivem em sete núcleos estruturados: Limão, Fortuna, Osbi, São Sebastião, Roça Velha, Palmarito e San Fabiano (Silva, 2005, p. 139), totalizando 2.400 (dois mil e quatrocentos) indivíduos, distribuídos em trinta e duas aldeias ou grupos locais (Borletto, 2008, p. 42). Essa região de fronteira possui terras cobiçadas e valiosas do ponto de vista econômico. Nesse sentido, as terras habitadas pelas comunidades Chiquitanas são freqüentemente esbulhadas por posseiros e produtores agropecuários, ocasionando a recusa de algumas comunidades Chiquitanas em assumir a identidade indígena mesmo sendo chiquitano, seja por pressão política ou devido aos processos de estigmatização. Alguns parlamentares da Assembléia Legislativa mato-grossense consideram ainda os Chiquitano como bolivianos, ou seja, estrangeiros, o que seria uma “forma inovadora para continuar retirando seus direitos à terra e à sua vida” (Silva, 2008, p. 31), perderiam o direito de pertencerem ao Estado Nacional Brasileiro, de serem atendidos pela FUNAI, de receberem educação diferenciada e assistência médica nos locais em que vivem. Neste sentido, utilizando de pesquisa bibliográfica ou textos escritos ou manuscritos; observação participativa em campo e entrevistas por meio da pesquisa qualitativa estudar-se-á as identidades assumidas pelos Chiquitano como forma de manutenção de sua própria sobrevivência, como também de sua cultura, tradições, modos de falar e de fazer.

Palavras-Chave: Chiquitano, Identidade, Direitos Humanos.

A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA DO PROFESSOR DA ESCOLA PÚBLICA E A FORMAÇÃO CIDADÃ

Autor: José Carlos de Lima

Orientador: Solon Eduardo Annes Viola

O presente trabalho propõe-se a discutir a formação da consciência política e crítica-reflexiva do professor da Educação Básica, na área urbana do município de Cáceres-MT. Nesse sentido, objetiva investigar se a prática cotidiana desenvolvida pelo professor está conscientemente fundamentada em teorias sociológicas, bem como em uma concepção de indivíduo e de sociedade que se quer construir. Por consciência política crítica-reflexiva entende-se ultrapassar a esfera espontânea de apreensão da realidade para se chegar a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível, onde o homem assume uma posição epistemológica. O trabalho será desenvolvido a partir de amostragem entre professores de escolas públicas estaduais e municipais de Cáceres. O referencial teórico, com ênfase nas teorias sociológicas da educação e formação de professores, possibilitará a compreensão, a interpretação e a análise das relações sociais, educacionais e políticas presentes no espaço em estudo. Serão analisados o projeto político pedagógico da escola, o envolvimento dos professores em sua elaboração, os objetivos explicitados no plano de aula, o material didático utilizado, a organização/apresentação dos conteúdos em sala de aula, bem como os projetos de formação continuada existentes. Serão realizadas entrevistas com os docentes da rede pública, cujas análises possibilitarão a compreensão da formação da consciência política dos professores da educação pública no município de Cáceres, em especial no que se refere à formação da cidadania que está sendo proporcionada às crianças, adolescentes e jovens que frequentam a escola.

Palavras-chave: Formação da Cidadania, Consciência Política, Educação Básica.

ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA PARA REDE DE COOPERAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT

Autora: Marcia da Silva Cezar

Orientador: Jorge Renato de Souza Verschoore Filho

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a atual estrutura organizacional da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, propondo mudanças no sistema para que possa ser readequada a uma rede de cooperação. Busca-se saber se a referida universidade estruturada em forma de rede de cooperação poderá melhorar o seu ambiente organizacional? A metodologia utilizada para contemplação do objetivo e problema ora propostos é a bibliográfica e o estudo de caso. A importância da pesquisa sustenta-se no fato de estar buscando novas formas de melhoria na organização da UNEMAT, no âmbito da eficiência coletiva do ensino,

pesquisa e extensão. Entende-se que das principais características do atual ambiente organizacional é a necessidade das instituições atuarem de forma conjunta e associada, compartilhando todos os tipos de recursos a partir da definição de estratégias específicas.

Palavras-Chave: Rede de Cooperação, Estrutura Organizacional, UNEMAT.

PERCEPÇÃO DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA

Autor: Roberto Alves de Arruda
Orientador: Aloísio Ruscheinsky

Os estudos de investigação do presente projeto elegeram como tema: A PERSISTÊNCIA DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA, considerando as desigualdades vigentes nas sociedades latinas americanas: problemas estruturais que refletem a pobreza da metade da população da América Latina. A perspectiva empírica da investigação será levada a efeito pelas equipes acadêmicas constituídas em 13 universidades, a partir de bancos de dados sobre a pobreza. A base de dados da pesquisa para a dissertação de mestrado será os que o autor ajudará a sistematizar, no caso brasileiro e os dados oriundos do Observatório AUSJAL sobre a pobreza na América Latina. Este observatório surgiu como uma iniciativa da AUSJAL (ASSOCIAÇÃO DE UNIVERSIDADES CONFIADAS A COMPANHIA DE JESUS NA AMÉRICA LATINA), em convênio com a FUNDAÇÃO KONRAD ADENAEUR (KAS). Países participantes: México, Colômbia, Equador, Venezuela, República Dominicana, Uruguai, Chile e Brasil. O primeiro momento da pesquisa será análise do indicador denominado Monitor Social Latino americano (MSL) que tem como produto a publicação de um periódico, com periodicidade de cada 18 meses. Na sequência será analisado um segundo componente denominado: Análisis das políticas Sociais para superação da Pobreza na América Latina (APSN), que têm por objetivo sintetizar um conjunto de derivadas da análise das políticas sociais para superação da pobreza na América. Neste momento estão sendo analisadas as fases previstas no projeto original do observatório: I Fase – com duração de 18 meses, será realizado o acompanhamento de todas as atividades de investigação e edição necessárias para elaboração e publicação da primeira edição do Monitor Social Latino Americano, contendo os 12 casos nacionais sobre pobreza; II Fase – com duração de 24 meses, será desenvolvida a publicação da segunda edição do Monitor Social Latino Americano e da publicação do livro sobre os programas sociais nos países participantes com as Análises das Políticas Públicas Nacionais.

Palavras Chave: Pobreza, Desigualdade, Democracia.

UM ESTUDO DE CASO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO OESTE DE MATO GROSSO-CISOMT

Autor: José Ricarte de Lima
Orientadora: Marília Veríssimo Veronese

Os consórcios públicos nascem da necessidade de atender às novas demandas sociais, exigindo dos gestores novas ferramentas na prestação de serviços públicos. Essas necessidades coletivas apresentam dimensões ilimitadas, porém os recursos para o atendimento das mesmas possuem limites. Com o advento da lei 11.107/05, duas novas espécies de pessoa jurídica de direito público no ordenamento jurídico brasileiro foram criadas: os consórcios públicos com personalidade jurídica de Direito Público e os com personalidade jurídica de Direito Privado. Visando atender as mais diversas camadas sociais que compõem a nação, Harger define consórcio público como “pessoas jurídicas com personalidade de Direito Público ou Privado formado exclusivamente por entes federativos, criadas por lei ou por intermédio de autorização legislativa dos entes federados, que desejam associar-se, para, sem objetivar lucros, atender a serviços públicos de interesse comum dos associados” (HARGER, 2007, p.82). O CISOMT nasce da necessidade dos gestores da região oeste de Mato Grosso, em buscar novas ferramentas para melhor atender seus municípios na área da saúde pública e, em maio de 1996, foi aprovado seu primeiro estatuto e Diretoria. Nesse sentido, o presente estudo objetiva averiguar suas ações, de forma que possibilite a identificação do nível de satisfação dos seus usuários quanto à prestação dessas ações, procurando evidenciar a eficiência e eficácia desse modelo de gestão na referida região. Os dados serão coletados por meio de fontes primárias e entrevistas com os gestores, secretários de saúde dos municípios que integram o referido consórcio, bem como, pessoas que fizeram parte efetivamente da criação do CISOMT. Com esse estudo espera-se demonstrar através dos dados coletados, evidências se há eficiência e eficácia desse modelo de gestão de políticas públicas na região.

Palavras-chaves: Consórcio Público, Direito Público, Saúde.

PIONEIROS, XAVANTES E GAÚCHOS: A (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DEPOIS DA DIÁSPORA EM NOVA XAVANTINA/MT

Autora: Natália Araújo de Oliveira
Orientador: Édison Luis Gastaldo

Espaços multiculturais como a cidade de Nova Xavantina (MT) revelam-se como palco de interações entre diferentes grupos que partiram de origens distintas, como os pioneiros que saíram de suas terras em direção ao Mato Grosso durante o projeto nacionalista “Marcha para Oeste” do governo Vargas, na década de 1940 e como pequenos produtores da região sul que, no governo Médici (década de 1970), migraram por meio de projetos de colonização com o intuito de substituir a agricultura de subsistência da região por uma agricultura rentável e moderna, lembrando que neste espaço já estavam estabelecidos os Xavantes desde 1870. Ao analisar o movimento migratório destes grupos, cabe questionar, como fez Hall

(2003), o que a experiência da diáspora causa aos modelos de identidade cultural? Como se revela a identidade, a diferença, o pertencimento destes grupos após a migração? Estes questionamentos revelam a necessidade de análises etnográficas que estudem sua reconstrução identitária a partir dos processos diaspóricos que os trouxeram para Nova Xavantina e sua expressão no cotidiano atual, lembrando que as identidades não são fixas e sim uma “celebração móvel” que muda constantemente (HALL, 1997). Sob esta perspectiva, este trabalho tem por objetivo geral estudar o processo de reconstrução identitária dos pioneiros, gaúchos e xavantes a partir de processos diaspóricos que os trouxeram a Nova Xavantina. Já os objetivos específicos desta pesquisa buscam levantar como se deu a interação destes grupos nesse novo espaço social e identificar como esses se expressam no cotidiano atualmente. O método etnográfico será aplicado neste estudo, e dentro deste utilizar-se-á outros recursos plurais, sendo necessário utilizar diferentes técnicas de coleta de dados como entrevistas, análise documental e observação participante.

Palavras-chave: Nova Xavantina, Pioneiros, Gaúchos, Xavantes, Diáspora.

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL: A SUSTENTABILIDADE COMO ALTERNATIVA À AGRICULTURA TRADICIONAL

Autor: Claiton Pazzini Goulart

Orientador: Jose Luiz Bica de Melo

Nos últimos anos estamos vivenciando uma crise ambiental no setor agropecuário, caracterizada por ser profunda e multifacetada, apresentando alguns problemas como a erosão, contaminação de alimentos, dos animais, da água, do campo, desmatamento florestal e a perda da fertilidade, deterioração dos ecossistemas, além do esgotamento dos recursos naturais. Boa parte desses impactos agro-ambientais está intrinsecamente ligada à Agricultura Moderna – resultante da Revolução Verde, em um sistema tecnológico baseado na aplicabilidade de insumos químicos, maquinaria e sementes melhoradas, dentro da premissa de lucros imediatos. Agricultura sustentável é uma das alternativas para moderna gestão agrícola, a qual compreende o manejo dos ecossistemas agrícolas objetivando consolidar e ampliar sua produtividade, a qualidade do ecossistema, a diversidade biológica e a qualidade de vida das pessoas envolvidas – a partir do presente com projeção do futuro – com as funções ecológicas, econômicas e sociais do meio produtivo rural. O Trabalho terá como objetivo da pesquisa estudar os processos de implantação da agricultura sustentável como alternativa de produção em uma pequena propriedade agrícola. A partir da Análise as características formais e não formais da gestão dos agricultores. A discussão dos conceitos fundamentais relacionados à agricultura tradicional, bem como a compreensão das premissas da agricultura sustentável e sua metodologia de implantação. Quanto a metodologia, a caracterização da Pesquisa basear-se-á em um estudo descritivo de natureza quanti-qualitativa. Sendo que a pesquisa será desenvolvida num pequena propriedade agrícola que utiliza-se da agricultura sustentável. Tendo como sujeitos da pesquisa os agricultores de pequena proprietários agrícolas da cooperativa Bioagrega. A técnica de coleta de dados ser adotada será a entrevistas semi-estruturadas. E por

fim a análise e a interpretação dos dados coletados propiciará a resposta ao objeto/problema.

Palavras-chave: Agricultura, sustentabilidade, socioambiental.

IDENTIDADE RACIAL E EDUCAÇÃO

Autor: Michelangelo Henrique Batista
Orientados: Carlos Alfredo Gadea Castro

O presente traz a proposta defendida do projeto de dissertação do curso de Mestrado em Ciências Sociais (UNISINOS/RS – UNEMAT/MT). Os resultados de pesquisas anteriores dentro da temática evidenciaram que há de certa forma, uma ausência da construção da identidade racial da criança negra no contexto escolar. Autores como Freire (1987), Munanga (2005), e Gomes (2005), fundamentaram a nossas pesquisas anteriores e a construção deste projeto. Assim, questionamos se há realmente uma ausência da construção da identidade racial da criança negra, ou esta construção identitária existe, mas é construída de forma negativa e inferiorizante à criança negra, ou em meio a este conflito surgem novas estratégias culturais e conseqüentemente uma nova identidade? Neste sentido, objetivamos de modo geral investigar se há de fato no âmbito educacional a construção de uma identidade racial negra no Ensino Fundamental. Os procedimentos metodológicos que nosso projeto propõe, é uma pesquisa qualitativa que será desenvolvida em quatro etapas, A primeira etapa se constituirá da seleção e da leitura de referências bibliográficos, priorizando bibliografias das Ciências Sociais. Na segunda etapa, pretendemos utilizar técnica da entrevista semi-estruturada. Na terceira etapa será feita a análise e a tabulação dos dados obtidos com as entrevistas. E, como quarta, desenvolveremos a análise final do resultado da pesquisa rebuscando nossa fundamentação teórica, desenvolvida na primeira etapa. A pesquisa será desenvolvida na cidade de Porto dos Gaúchos/MT, que possui uma história de disseminação do racismo e xenofobia. Prezando pelo rigor científico e pelo caráter social da futura pesquisa, acreditamos que este projeto de dissertação, propõe uma pesquisa que com os seus resultados poderá contribuir não só com a discussão da temática, mas em propor meios exequíveis para promover a construção de uma identidade racial negra autêntica.

Palavras-chave: Criança Negra, Identidade Racial, Educação e Racismo.

ANÁLISE COMPARATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE PROMOÇÃO DE COOPERAÇÃO ENTRE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Autora: Fernanda Mosseline Josende Coan
Orientador: Jorge Renato de Souza Verschoore Filho

As redes de cooperação entre pequenas empresas em países desenvolvidos estão direcionadas ao aprendizado e a inovação. Esses países possuem políticas públicas industriais que dão preferência a tais tipos de redes, pois vislumbram um possível

impacto positivo nas economias nacionais. No Brasil onde se tem a visão que as pequenas empresas são estruturas frágeis, porém que lutam de forma incansável para sobreviver no mercado cada vez mais competitivo e voraz, elas têm sua importância valorada a cada dia. Afinal, não se pode perder esta fatia de mercado que possui um grande potencial de geração de empregos. A cooperação entre empresas, que surge como estratégia de gestão na nova economia, conforme Balestrin (2008) emerge como consequência de agentes individuais buscando satisfazer aos próprios interesses; isto é, as empresas colaboram entre si visando ganhos que não poderiam obter de forma isolada. Ganhos estes de poder de mercado, de maior escala, de geração de soluções coletivas, de redução de custos e riscos, de acumulação de capital social, de conhecimento e aprendizagem coletiva e de inovação. Estes ganhos trazidos pela rede fazem com que as pequenas empresas sejam o alvo das políticas públicas no Brasil. Assim, as redes de cooperação brasileiras, vistas como meio sustentável para estas empresas, é mais do que reflexo de uma política industrial, refletem o resultado de um conjunto de políticas de desenvolvimento econômico voltadas para a redução das desigualdades, do desemprego e de outros problemas sociais. Todavia estas políticas estão embasadas nas experiências internacionais e conforme Haftenreiter (2005) replicar simplesmente o modelo dos países desenvolvidos, quer pela via das pequenas empresas de base tecnológica, quer pela simples atribuição de vocações regionais, não é recomendável. As redes baseadas em aprendizagem e inovação demandam uma estrutura de suporte fortemente capacitada e conectada ao setor em que estará atuando, a qual ainda não está efetivamente desenvolvida. As políticas públicas focam as redes de cooperação por acreditarem no seu grande poder de multiplicação, ou seja, elas esperam que as redes tragam mais resultado para as empresas do que seu investimento direto. Atualmente temos no Brasil as políticas públicas de fomento às redes de cooperação provenientes, da Secretaria de desenvolvimento estadual do Rio Grande do Sul e de três escritórios regionais do SEBRAE e estas políticas são bem diferentes, inclusive na lógica de suas atuações e é neste contexto que se vê a necessidade de comparar estas políticas, se tornando então o objetivo do presente estudo, que estará estruturado da seguinte forma: primeiramente, falar-se-á a respeito das políticas públicas brasileiras, após, serão abordadas as redes de cooperação no contexto das políticas públicas. No item seguinte, se conhecerá as políticas públicas de apoio a redes no Brasil e será levantado um quadro comparativo entre as políticas existentes. Finalmente, serão apresentadas as principais conclusões, que poderão servir como pano de fundo para possíveis ações de melhoria.

INTERAÇÃO E SOCIABILIDADE NA ZONA DO MERETRÍCIO: A PROSTITUIÇÃO FEMININA NUMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA

Autor: Fábio Lopes Alves

Orientador: Prof. Dr. Edison Luis Gastaldo

A presente pesquisa consiste numa análise etnográfica das dinâmicas de interação e sociabilidade ocorrentes na zona de meretrício. Utilizando a metáfora da perspectiva teatral (GOFFMAN, 1985) procuramos compreender o comportamento das meretrizes; verificar como elas interagem e se apresentam aos clientes; analisar

como se dá a *performance* feminina; investigar como se constrói, a partir das regras de sociabilidade estabelecidas no ambiente de prostituição, a percepção do trabalho sexual. Este trabalho vem sendo construído a partir do método etnográfico conhecido como observação participante, iniciado em uma casa de prostituição localizado no sudeste do estado de Mato Grosso. Além da observação sistemática, estamos realizando a pesquisa através de entrevistas semi-estruturadas individuais e o registro em diário de campo. Dessa forma foi possível estabelecer uma interlocução com as meretrizes, proprietária e gerente do estabelecimento prostitucional. Essa metodologia tem possibilitado a percepção das interações e sociabilidades em diferentes espaços e momentos – não apenas dentro do ambiente de prostituição. Constantemente tenho acompanhado-as em seus momentos de lazer, tais como bailes, churrascos, banhos de rios nos finais de semana, visitas às famílias e em atividades fora do horário de trabalho incluindo cuidados como o corpo dentre eles: banhos de sol, ida ao salão de beleza, consultas médicas além das atividades consideradas rotineiras, como compras em lojas, supermercados entre outros. Dentre os autores que embasam teoricamente e metodologicamente esta pesquisa, destacam-se: Branislav Malinowski, Howard Becker, Erving Goffman e Georg Simmel.

Palavras-chave: Etnografia; prostituição feminina, interação, sociabilidade; zona de meretrício

EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE CULTURAL: UM OLHAR SOBRE A CULTURA SULISTA NAS CIDADES DE COLÍDER, SORRISO E TERRA NOVA DO NORTE, EM MATO GROSSO

Autora: Elizângela Gomes dos Santos Siebiger
Orientador: Karl Martin Monsma

Na década de 70, o Governo Federal articulou juntamente com esses investidores, incentivos para que pequenos produtores se engajassem em projetos de colonização baseando-se em assentamentos de famílias em pequenas propriedades. Na região norte do Estado, lugar onde se pode notar a consequência da “colonização acelerada”, surgiram diversos municípios de fronteira que ainda hoje sofrem com a falta de infra-estrutura (CUNHA, 2006). Nesse sentido, busca-se tanto a compreensão de outras culturas ao mesmo tempo em que se propicia um olhar mais apurado frente a algo ainda inexplorado, na observação do outro e de seu cotidiano como fenômeno único, ao mesmo tempo, singular e plural, na tentativa de se tecer uma correlação com suas expressões sociais enquanto expressões identitárias. Para tanto, o presente anteprojeto traduz-se numa proposta de estudo da contribuição cultural dos migrantes sulistas vindos dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná para as cidades do interior do norte de Mato Grosso, em especial, Colíder, Sorriso e Terra Nova do Norte, onde é possível notar a dificuldade desses migrantes em se sentir participantes da cultura mato-grossense. Percebe-se, nos discursos individuais e nas relações sociais desses migrantes, que existe uma necessidade de auto-afirmação de sua origem, necessidade esta muitas vezes exposta ao demonstrarem certa resistência em encontrar-se com a cultura mato-grossense, mesmo que seus descendentes tenham já nascido nessas cidades

supracitadas. Ao que parece, *a priori*, estes pioneiros criaram, dentro de suas comunidades, características culturais peculiares e restritas que divergem da cultura dos mato-grossenses que reside nas demais cidades do interior do Estado. É, portanto, com o propósito de desvelar as peculiaridades da cultura sulista desses migrantes e como se processa suas identidades com relação ao norte de Mato Grosso, que o presente tema ganha relevância. Pretende-se delinear como vivem esses migrantes sulistas e seus descendentes e qual a imagem cultural que eles têm de si mesmos e dos outros mato-grossenses.

Palavras-chave: Identidade, Cultura, migrações, Políticas de identidade.

A CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS PARTICIPANTES NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Autor: Wilson Luconi Jr.

Orientador: Marília Veríssimo Veronese

Dentre a diversidade de fenômenos estudados pelas ciências sociais que envolvem a rede social de relacionamento das pessoas e a sua inserção no mundo do trabalho, encontra-se a Economia Solidária e nesse sentido a disciplina da sociologia e da psicologia contribuíram de forma relevante para compreensão desse fenômeno. A proposta desse estudo pretende fomentar a discussão acerca da articulação das diferentes disciplinas das ciências sociais através da análise da consciência política e os processos de subjetivação das pessoas envolvidas em EES, visando colaborar na compreensão da ação política para consolidação dos mesmos. Para o debate proposto na pesquisa alguns conceitos serão fundamentais: tipos de organização, autogestão, redes de colaboração solidária, solidariedade, cooperação, sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica, democracia popular, consciência política, participação política, novos movimentos sociais e os processos de subjetivação. Para as pessoas participantes dos EES, alguns princípios devem ser compreendidos e internalizados, pois geram transformações psicossociais. A questão fundamental desse estudo pretende descrever e comparar a consciência política e os processos de subjetivação e quais as características de consciência política das pessoas envolvidas em formas diferenciadas nos empreendimentos da Economia Solidária do Município Tangará da Serra. A metodologia empregada será: estudos quantitativos e qualitativos; observações; entrevistas; grupos focais e análise de discurso. Com base nos resultados será possível refletir, descrever e comparar a Consciência Política e os processos de subjetivação a respeito da autogestão das pessoas participantes de EES assistidos e não assistidos pelo Programa Municipal podendo contribuir e instigar futuras pesquisas e intervenções para consolidação de práticas solidárias e o desenvolvimento social, econômico e humano proposto pela Economia Solidária e pela Psicologia com Compromisso Social.

Palavras Chaves: Economia solidária, psicologia social, consciência política.

PALESTRA

*Palestra proferida no dia 11/05/2009 para debate da mesa redonda “O PROCESSO DE EXPANSÃO E A QUESTÃO AMBIENTAL”.

O SISTEMA-MUNDO E O CAMPO AMBIENTAL: APONTAMENTOS PARA DEBATE

José Luiz Bica de Mélo¹

Apresentação

Inicialmente quero agradecer em meu nome e em nome da Universidade do Vale do Rio dos Sinos aos organizadores e organizadoras deste Simpósio o convite para participar deste Painel de Abertura. É para mim uma honra e uma alegria estar aqui em companhia dos senhores e das senhoras.

Roland Barthes, em sua Aula Inaugural proferida no Colégio de França, em 1977, afirmou que “a honra é geralmente uma sobra do poder” podendo muitas vezes “ser imerecida”, mas “a alegria nunca o é.” (Barthes, 1978, p. 8-9).

Seguindo as pegadas de Barthes, quero dizer da minha alegria de poder partilhar momentos de reflexão e diálogo, contando também com a presença dos ilustres comentadores – que muito mais do que comentar as palavras de um colega, por certo apresentarão novos elementos e argumentos para que possamos realmente dialogar sobre um tema da maior importância: aquele que trata dos processos de expansão econômica e das questões ambientais. Diálogo esse sempre necessário sobre nossas atividades de investigadores e cidadãos, que desde este lugar da América Latina, procura pensar em outras formas de sociabilidade, outras formas de fazer política e múltiplas formas de pensar – e fazer coletivamente – um outro modo de viver *no mundo e com o mundo*.

Minha exposição está objetivada em quatro pontos. Em primeiro lugar apresento uma breve reflexão sobre a relação Sociedade e Natureza. Em seguida busco situar a temática ambiental no interior do sistema-mundo, ou seja da Sociedade de Capitalismo globalizado em que vivemos. O terceiro tópico trata de discutir o conceito de meio ambiente relacionado com o de campo de conflitos ambientais expressados por lutas e movimentos sociais. Por último apresento três questões que considero importantes para pensarmos sobre o tema proposto na mesa desta noite. São questões para pensarmos juntos.

¹ Dr. em Sociologia. Professor e pesquisador, PPGCS/Unisinos, São Leopoldo, RS, jlbica@unisinos.br

1 – Sociedade e Natureza

Iniciamos com uma afirmação do sociólogo Norbert Elias, com a qual partilhamos, quando o mesmo analisa os processos sociais de construção do *tempo*, mas que “aparecem” como se fossem dados de natureza, ao chamar nossa atenção para o que qualificou como “desdobramento aberrante no interior da ciência”:

Não são ‘o homem e a natureza’, no sentido de dois dados separados, que constituem a representação cardinal exigida para compreendermos o tempo, mas sim ‘os homens no âmago da natureza’. É mais fácil isolar a significação do ‘tempo’ quando compreendemos que a divisão do universo numa ‘natureza’, campo das ciências físicas, e em sociedades humanas, campo das ciências sociais ou humanas, que dá a ilusão de um mundo cindido em dois, é um artifício produzido por um desdobramento aberrante no interior da ciência. (ELIAS, 1998, p. 12).

O que procuramos argumentar ao longo deste texto é que um tipo de “racionalidade” ocidental (WEBER, 2004) não somente separou os diferentes saberes, mas também segmentou o objeto de conhecimento ao separar Natureza e Cultura e que somente a inclusão dos seres humanos no conceito de natureza, como propõe Norbert Elias, pode nos possibilitar um caminho de compreensão da Natureza e, portanto, da Cultura ou da Sociedade. Partilhemos do argumento de Elias:

O conceito de ‘natureza’ é hoje determinado, em larga medida, pela forma e pela significação sociais que as ciências da natureza lhe conferiram. Mas essas ciências se interessam apenas por um setor limitado do universo. Restringem-se a certos patamares de integração do universo físico e excluem de seu campo de investigação os patamares superiores, propriamente humanos, de integração, como se eles não pertencessem ‘à natureza’. *Se quisermos compreender isso a que se chama ‘natureza’, entretanto será preciso levarmos em conta o fato de que os seres humanos, que representam um nível altíssimo – talvez o mais alto – de integração e diferenciação, surgiram do universo físico.* Numa palavra, teremos de incluir no conceito de natureza a capacidade que ela tem de produzir, no curso de processos cegos, não apenas reatores de hélio ou desertos lunares, mas também seres humanos. Não é necessário evocar a responsabilidade que tal saber confere aos homens, nem tampouco, em termos mais gerais, as conseqüências que acarreta para sua vida em comum e para sua relação com a ‘natureza’ e ‘sociedade’, ou, conforme o caso, em ‘natureza’ e ‘cultura’. (ELIAS, 1998, p. 12. Grifos meus).

Seguindo a argumentação de Elias vamos perceber a necessidade de uma reaproximação do que tem estado separado, um olhar capaz de ir da complexidade à simplicidade do mundo e uma perspectiva ética que reinclua na Natureza aquilo que dela foi retirado: o próprio ser humano. Tarefa nada simples se levarmos em conta um largo processo de solidificação das diversas Ciências que, ao longo dos últimos trezentos anos – o período de instauração da chamada Modernidade – não fizeram outra coisa senão fragmentar o mundo do mundo, o mundo da vida e as coisas do mundo. Se é correto metodologicamente separar em partes para melhor compreender – o velho ensinamento grego sobre o conceito de *análise*, não é menos correto pensar na necessidade da *síntese*, ou seja, do reagrupamento

daquilo que foi separado. Numa palavra: nos reincluímos como parte da Natureza. Passo agora ao segundo ponto.

2 - *Sistema-mundo e conflitos ambientais*

Diversos estudos têm tratado das relações entre a Sociedade e o Ambiente em tempos de capitalismo globalizado. Podemos destacar as investigações tratando das questões ambientais relacionadas aos aspectos da cidadania e da qualidade de vida (HOGAN e VIEIRA, 1992, LEIS, 1991), os estudos que vão analisar os problemas ambientais passando de uma escala local para uma escala global e estabelecendo a relação entre ambas (FERREIRA e VIOLA, 1996), e aqueles que tomam como objeto central da análise os riscos ambientais decorrentes dos processos de industrialização (GUIVANT, 1998). E, nos últimos anos, o aumento dos estudos que destacam a importância dos enfoques interdisciplinares na investigação dos temas ambientais (FERREIRA, 2006) e das questões de educação ambiental (RUSCHEINSKY, 2002) e atuação dos movimentos sociais (JACOBI, 2003). Há também análises que destacam a importância de transcender as fronteiras nacionais visto que as chamadas “questões ambientais” (ROCHA, 1997) afetam diferentes países e atores múltiplos (PALERMO, REBORATTI, 2007²).

Dada a breve apresentação acima que aponta para a existência de estudos em múltiplos aspectos, tratando da temática ambiental, ou dizendo de outra forma, da temática socioambiental, tem-se também outros referências reflexivos que nos ajudam a melhor compreender os “projetos de desenvolvimento” ligados aos monocultivos e à apropriação de áreas ricas em água. Há também pesquisas sobre os discursos e as ações empreendidas pelos movimentos sociais e as controvérsias internacionais em torno de bens naturais, ao consideramos o atual momento do capitalismo, caracterizado pela globalização (BECK, 1999; GIDDENS 2001; IANNI 1997).

Como expressão do capitalismo globalizado tem-se os projetos de monocultivos que consistem em um movimento contraditório de transnacionalização de processos produtivos e de consumo, com deslocamentos de capitais para áreas do planeta com maior possibilidade de retorno dos investimentos em menor tempo possível. É nesse sentido que para suprir um tipo de consumo, por exemplo, da celulose (e se sabe que grande parte do papel produzido no mundo não é para a confecção de livros ou de material escolar, mas para embalagens visando sustentar um tipo de consumo de massa e de luxo) característico dos “tempos hipermodernos” (LIPOVETSKY 2004), que esses movimentos de capitais e mercadorias produzem também um campo de conflitos (BOURDIEU, 1994, 2000) que a primeira vista se expressa na esfera política e perpassa, ao mesmo tempo, as esferas econômicas e culturais (CANCLINI 1999; 2003, GIDDENS 2000).

² Trata-se de uma análise dos conflitos transfronteiriços Uruguay-Argentina em torno da instalação de plantas de celulose em território uruguaio e as controvérsias em torno da contaminação do Rio da Prata. A problemática das águas também foi analisada por Follmann, Ruscheinsky, Mélo (2005); Shiva (2006).

Ora, a sustentação de um tipo de consumo, bem como as novas tecnologias e novos materiais empregados fazem com que estejamos vivendo ao mesmo tempo em uma sociedade de grande consumo e alta tecnologia e em uma “sociedade de risco” (BECK 1998). Risco para os seres humanos e risco para a natureza, onde a ciência que nos últimos dois séculos constituiu a esperança no desenvolvimento e na construção de uma sociedade melhor apresenta-se hoje também como um dos componentes centrais do risco (MORIN 1995, BECK 1998).

A própria noção de *desenvolvimento sustentável* (ACSELRAD, 2004) que é defendida por grande parte daqueles que acreditam nas vantagens trazidas pela tecnologia e pelo progresso (noções essas criticadas por NISBET, 1991) parece não se “sustentar” visto que a utilização, destruição e contaminação acelerada dos bens naturais faz com que “sociedade de risco” (BECK 1998) tenha ao mesmo tempo uma *dimensão conceitual* e uma *dimensão real*. O argumento central de nossa crítica é que para a manutenção do atual modelo de desenvolvimento e de consumo não haveria possibilidade de manutenção da sustentabilidade dos bens naturais existentes. Esse é um ponto que considero de grande importância para nosso debate.

De outra parte experiênciamos na atualidade o fenômeno da “reflexividade” (noção elaborada por GIDDENS, BECK e LASH 1997), enquanto tomada de conhecimento tanto dos avanços tecnológicos quanto dos riscos, por parte dos diferentes atores ou agentes sociais, pela atuação dos meios de comunicação, e que tem proporcionado o estabelecimento de novos conflitos e o acirramento de antigas lutas (por exemplo disputa pela terra entre transnacionais da madeira, indígenas e quilombolas no Brasil).

Apesar da existência da reflexividade, tal fenômeno social não atinge a todos de forma homogênea o que faz com que a Ciência e o discurso científico têm conseguido manter sua hegemonia frente aos demais saberes (MÉLO, 2005; 2007). Porque muitas vezes a tomada de conhecimento dos perigos e riscos por parte das populações está muito longe de ser resolvida, visto que a dimensão política escapa às decisões daqueles que sofrem mais diretamente os efeitos da “sociedade de risco global”, conforme refere Ulrich Beck (1998).

Há que se agregar de outra parte que as disputas no próprio campo ambiental em torno das noções de preservação e sustentabilidade, desenvolvimento alternativo (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2006), contribuem para a fragmentação tanto dos discursos quanto das ações políticas por parte daqueles agentes sociais que buscam – no plano discursivo e em ações na maioria das vezes pontuais, isoladas e invisibilizadas – construir uma “outra sociedade possível” e que não esteja baseada na tríade mercado, tecnologia e globalização (LATOUCHE, 2004; URREIZTIETA 2004). Importante mencionar que autores como Eder Jurandir Carneiro (2005) e Serge Latouche (2003; 2004), argumentam quanto à *insustentabilidade ambiental* sob o modelo de “desenvolvimento” capitalista existente, baseado, segundo Latouche na ideologia do “crescimento”. Argumenta Latouche

que “sociedade de crescimento não é sustentável, nem desejável. É urgente, portanto, que se pense numa sociedade de ‘decrecimento, se possível serena e convívial.” (2003).

É por isso que os debates e os embates, ou seja, as disputas em torno do que sejam Progresso, Desenvolvimento, Sociedade e Natureza e suas interrelações necessitam de algumas âncora analíticas capazes de apresentarem contribuições à superação de um discurso presente nas representações, ou seja, no imaginário individual e social, que separa a Natureza e a Sociedade. É nesse sentido que convém apresentar, ainda que de forma sumária, os conceitos de sistema-mundo, conflitos ambientais, campo do poder e movimentos sociais.

3 – Meio ambiente, conflitos e movimentos sociais

Segundo Iamneul Wallerstein (1974), *o sistema-mundo* consiste num processo interrelacionado de estados e regiões que estão em associação com o capitalismo europeu. E, como apontava o autor já nos anos setenta, muitas das regiões do planeta, como era o caso da América Latina, que constituída historicamente, dentro do que Anibal Quijano (2005), seguindo uma mesma linha argumentativa de Wallerstein vai qualificar como a dialética colonialidade/globalidade do poder, permaneciam, passados cinco séculos, subordinadas ao padrão dominante do capitalismo hegemônico formador da dimensão central do sistema-mundo. Significa dizer que o *sistema-mundo* não constitui – e não constituiu – propriamente um sistema aberto de atuação dos atores, isto é, dos Estados Nacionais, mas um processo no qual as desigualdades e assimetrias fazem com que as relações dominação/subordinação estejam presentes e apresentem-se com configurações específicas, mas sem romper com as linhas estruturais gerais da hegemonia capitalista. Para Aníbal Quijano,

o que hoje denominamos América Latina constitui-se junto com e como parte do atual padrão de poder mundialmente dominante. Aqui se configuraram e se estabeleceram a colonialidade e a globalidade com fundamentos e modos constitutivos do novo padrão de poder. (QUIJANO, 2005, p. 9).

Situar a América Latina no sistema-mundo, significa compreender esse sistema como um campo de forças políticas, econômicas e socioculturais desiguais. Para compreendermos esse processo considerarmos importante o recurso à noção de *campo*, entendido por Pierre Bourdieu (1994) enquanto “forma de pensamento relacional” constituído por posições sociais, ou seja por agentes sociais que com capitais ou poderes diferenciais disputam um mesmo bem, objeto ou recurso em suas dimensões materiais e simbólicas, o que pode ser exemplificado pelas disputas em torno das noções de “desenvolvimento”, “sociedade”, “natureza”. Existe uma noção hegemônica de “desenvolvimento”, “sociedade”, “natureza” e noções subordinadas, desqualificadas, invisibilizadas pelos centros de poder.

É por isso que a noção de campo remete à necessidade de estabelecer as posições que encontram-se em disputa, seu *quantum* de capital (ou de poder) e o objeto que se encontra em disputa. Em se tratando do tema que nos ocupa neste Simpósio, é de grande importância, também analisar a categoria “ambiente” fundamental para a análise do que se convencionou chamar de “meio ambiente”. Para isso consideramos de grande abrangência explicativa a argumentação de Henri Acselrad:

Ao contrário do que sugere o senso comum, o ambiente não é composto de puros objetos materiais ameaçados de esgotamento. Ele é atravessado por sentidos socioculturais e interesses diferenciados. Pois as matas podem ser ao mesmo tempo espaço de vida de seringueiros e geraizeiros ou espaço de acumulação e reserva de valor para a especulação fundiária. A água dos rios pode ter distintos usos: pode ser meio de subsistência de pescadores ribeirinhos ou instrumento de energia barata para firmas eletrointensivas. Trata-se de um espaço comum de recursos, sim, só que exposto a distintos projetos, interesses, formas de apropriação e uso material e simbólico. (ACSELRAD, Apresentação, In: ZHOURI, 2005, p. 7).

Para compreendermos de forma interrelacionada a noção de campo e de ambiente e de como o *meio ambiente* é constituído pelas disputas materiais e simbólicas, entendemos importante apresentar a noção de “conflitos ambientais” definidos por Henri Acselrad como,

[...] aqueles [conflitos] envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, citado em ZHOURI, 2004, p. 212).

Argumentando que aquelas situações que geralmente são vistas como “problemas ambientais”, Andréa Zhouri e Marcos Cristiano Zucarelli (2008, p. 4 e 20) nos apontam para o recurso metodológico que construa analiticamente as “situações de conflito ambiental”, ao firmar que:

O conflito se apresenta inerente às práticas sociais de uso e significação do espaço, tendo em vista a pluralidade de segmentos sociais envolvidos na construção de seus respectivos projetos sociais que dão sentidos e destinos aos territórios. As interações entre esses grupos sociais, no que diz respeito à apropriação social da natureza, são historicamente assimétricas. Portanto, os conflitos se reproduzem e se multiplicam na medida em que são mantidos os mesmos mecanismos desiguais de distribuição do acesso ao meio ambiente e da divisão dos custos, riscos e impactos resultantes das práticas dominantes de apropriação dos recursos naturais. Nesse sentido, os “conflitos ambientais” extrapolam as tentativas de resolução técnica e gerencial propostas pela concepção hegemônica e institucionalizada de desenvolvimento sustentável, pois, evidenciam a existência de distintas formas de se conceber e de se interagir com o meio ambiente, levando-nos a reconhecer os múltiplos projetos de sociedade, que acionam diversas matrizes de sustentabilidade e esbarram nas reais assimetrias de poder impressas nas dinâmicas sociais e políticas. (ZHOURI, ZUCARELLI, 2008, p. 20).

É pela atuação de grupos, instituições, organizações ou movimentos sociais que temos a expressão política das “situações de conflitos ambientais”. Daí a importância do conceito de movimento social.

No interior do que podemos chamar de “horizonte teórico” para a compreensão das ações e lutas sociais em torno dos usos sociais e econômicos dos bens naturais, é importante uma breve apresentação do conceito de movimento social, que como se sabe tem ocasionado amplas discussões tanto na dimensão teórica quanto na dimensão prática desde os anos setenta, quando aparece como uma noção para se analisar as condutas coletivas.

Segundo a conceituação clássica de Alain Touraine, em 1972: “Entendo, em princípio, por movimentos sociais a ação conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica.” (TOURAINÉ, 1997 [1972], p. 283) e que nessa “ação conflitante” estão presentes a um só tempo “a esperança e a recusa, a negação e a afirmação” (p. 294), constituindo o “ator de um campo de ação histórica” (p. 291). Ator este formado por três princípios, segundo Alain Touraine: “o princípio de indentidade” (p. 291) mediante a apresentação do ator na cena social “por ele mesmo”. (p. 291); “o princípio de oposição” que quer dizer que no processo de luta, “o conflito faz surgir o adversário” (p. 292) e, por último, “o princípio de totalidade”, que constitui o projeto de sociedade, ou dizendo de outra maneira, a resultante da *esperança* e da *recusa* que ao negar a sociedade existente projeta, mesmo que de forma difusa, um novo tipo de sociedade. (p. 293).

Essas pistas teóricas propostas por Alain Touraine nos indicam que em tempos de globalização capitalista, a dimensão cultural – como afirma o próprio Alain Touraine em obras mais recentes – adquire a primazia para a compreensão do social. Servem ainda para nos indicar que os movimentos sociais de décadas passadas ou do presente, ressalvadas as diferenças e conjunturas históricas, perpassam as Sociedades, de alto a baixo, fazendo com que o social (e neste caso o socioambiental) esteja sempre em movimento. Na mesma linha de argumentação podemos recordar a afirmação do sociólogo italiano Alberto Melucci:

Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não tem a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, deste modo, falam por todos. (MELUCCI, 2001, p. 21).

Na citação acima quando Melucci faz referência aos “novos movimentos sociais”, por certo poderemos encontrar uma importante *bússula* para analisar o campo do poder, o sistema-mundo, os conflitos ambientais e os atores que fazem com que nas situações históricas de conflito ambiental estejam presentes as dimensões socioambientais e, ao mesmo tempo, a “esperança e a recusa” de que nos fala Alain Touraine.

Por último quero apresentar três questões para dialogarmos.

Considerações finais e questões para pensarmos juntos

As reflexões e aportes teóricos acima apresentados podem apontar para a necessidade de novos estudos, de novos olhares, de outras vozes que estabeleçam uma crítica não às representações discursivas deste ou daquele ator social (qual Dom Quixote atacando moinhos de vento pensando se tratar de gigantes), mas que tome ao mesmo tempo a tecnologia e a racionalidade ocidental como objeto de crítica.

E que de diferentes lugares da América Latina, como nos ensina Anibal QUIJANO (2005, p. 16) possamos “liberar nuestra retina histórica de la prisión eurocentrista y re-conocer nuestra experiencia histórica.”, Porque, prossegue o autor, “Es bueno, pues, es necesario, que Don Quijote cabalgue de nuevo a desfacer entuertos, que nos ayude a desfacer el entuerto de partida de toda nuestra historia: la trampa epistémica del eurocentrismo que desde hace 500 años deja en la sombra el gran entuerto de la colonialidad del poder y nos hace ver sólo gigantes, mientras los dominadores pueden tener el control y el uso exclusivos de nuestros molinos de viento.”

Por certo uma outra racionalidade nos possibilitará outras formas de sociabilidade, outras formas de fazer política e cenário de uma outra cidadania e, em última instância, outras formas de relacionamento entre as formas de convivência social e com a natureza. Como nos aponta Jaime PRECIADO (2003, p. 19) as alternativas ao atual modelo de produção e consumo “suponen esa democracia deliberativa que surge desde abajo, que funda un ciudadano cosmopolita abierto a la multiculturalidad, tanto como a la nueva agenda social de la justicia, la solidaridad, la equidad entre los géneros y la sustentabilidad ambiental.”

Muito obrigado a todos e a todas!

1 – Como reagruparmos os conhecimentos e as práticas humanas de forma a não mantermos a separação Natureza e Sociedade e compreendermos que muito mais do que Natureza Humana somos Natureza-Natureza? Ou, em outras palavras, como poderemos “descolonizar o imaginário” como nos pergunta Serge Latouche?

2 – Dado o padrão de produção e consumo nas sociedades do mundo globalizado e dos riscos cada vez mais presentes, é possível um *desenvolvimento sustentável* ou, estaríamos diante de um ponto sem retorno dentro do atual padrão de desenvolvimento pautado pelas lógicas capitalistas?

3 – Qual o lugar dos movimentos sociais numa crítica não somente discursiva, mas também política, nas configurações do poder no mundo globalizado?

Bibliografia citada:

ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004.

ACSELRAD, Henri, MELLO, Cecília Campello do Amaral, BEZERRA, Gustavo das Neves. *Cidade, ambiente e política*; problematizando a Agenda 21 local. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice Barros (orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental; desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte : Autêntica, 2005. p. 7-9.

BARTHES, Roland. *Leçon*. Paris: Éditions Du Seuil, 1978.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo; hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1998. [1. ed. 1986].

BOURDIEU, Pierre . *O campo econômico; a dimensão simbólica da dominação*. Campinas : Papyrus, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques*. Paris: Ed. Du Seuil, 1994.

CANCLINI, Néstor G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ,1999.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens, PEREIRA, Doralice Barros (orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental; desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte : Autêntica, 2005. p. 27-47.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. (1998). [Trad. Vera Ribeiro]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. [1. ed. alemã 1984].

FERREIRA, L.; VIOLA, E. (orgs.). *Incertezas e sustentabilidade na globalização*. Campinas: Unicamp, 1996.

FERREIRA, Leila da Costa. Idéias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. In: PORTO, M. S. G.; DWYER, Tom (orgs.). *Sociologia em transformação; pesquisa social do século XXI*. Porto Alegre: Tomo editorial, 2006. p. 33-50.

FOLLMANN, José Ivo; RUSCHEINSKY, Aloisio; MÉLO, José Luiz Bica de. *Participation à L'Univesité du Bien Commun: l'expérience de l'UNISINOS*. In: Atélier de travail sur la gestion de l'eau comme bien commun. UQAM, Montreal, Canadá, 2005.

GIDDENS, Anthony. (1991). *As conseqüências da Modernidade*. [Trad. Raul Fiker]. São Paulo: UNESP.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva; política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.

GODELEIER, Maurice. (1981). O visível e o invisível entre os Baruya da Nova Guiné. In: CARVALHO, Edgard de Assis (org.). *Godelier; Antropologia*. [Trad. Danielle M. L. Figueiredo]. São Paulo: Ática, p. 163-173.

GUIVANT, J. Trajetórias das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. *BIB/ANPOCS*, n. 46, 1998.

HOGAN, D.; VIEIRA, P. *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, 1992.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 4. ed. Ró de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo: Autores Associados, n. 118, 2003, p. 189-205.

LATOUCHE, Serge. *Survivre au développement ; De la décolonisation de l'imaginaire économique à la construction d'une société alternative*. Paris : Editions Mille et une nuits, 2004.

LATOUCHE, Serge. *Pour une société de décroissance*. *Le Monde Diplomatique*, novembre 2003 — Pages 18 et 19. Disponível em : <http://www.monde-diplomatique.fr/2003/11/LATOUCHE/10651>

LEIS, H. *Ecologia e política mundial*. Petrópolis: Vozes, 1991.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MÉLO, José Luiz Bica de. Os usos sociais das águas na produção de arroz em Mostardas – RS. XII Congresso Brasileiro de Sociologia 2005, Belo Horizonte. Sociologia e a realidade: pesquisa social no século XXI, 2005. *Anais*, v. 1, p. 203. [Apresentado no GT 10: Conflitos ambientais, territorialidades e Estado].

MÉLO, José Luiz Bica de. *O campo e as águas: o discurso dos empresários do arroz no RS*. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, maio 2007. *Anais*, v. 1, p. 199. Recife, maio, [GT 23: Sociedade e Ambiente].

MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente; movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar, KERN, Anne Brigitte. (1995). *Terra-Pátria*. [Trad. Paulo Neves]. Porto Alegre: Sulina.

NISBET, Robert. (1991). *Historia de la idea de progreso*. Gedisa Editorial: Barcelona.

PALERMO, Vicente, REBORATTI, Carlos (comp.). *Del otro lado del río; ambientalismo y política entre uruguayos y argentinos*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

PALERMO, Vicente, REBORATTI, Carlos (compil.). (2007). *Del otro lado del río;*

PRECIADO, Jaime. (2003). *Ni globalifílicos ni globalifóbicos, sino globalicríticos*. Programa MOST/UNESCO, Paris, 2003 (Documento de Debate n. 66, 23 p.).

QUIJANO, Anibal. DON QUIJOTE Y LOS MOLINOS DE VIENTO EN AMERICA LATINA (Em português: QUIJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina, trad. G. Andrade. *Estudos Avançados*, São Paulo, 19 (55), 2005, p. 8-31).

ROCHA, G. A. O grande manacial do Cone Sul. *Estudos Avançados*, IEA/USP, vol. 11, n. 30, maio-ago. 1997.

RUSCHEINSKY, Aloísio. (org.). *Educação ambiental: abordagens múltiplas*. Porto Alegre: Artemed, 2002.

SHIVA, Vandana. *Guerras por água; privatização, poluição e lucro*. São Paulo: Radical Livros, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. (1974). *The Modern World-System*. San Diego/New York: Academic Press. 1974.

WEBER. Max. *A ética protestante e o "espírito" da capitalismo*. [Edição comemorativa centenário da 1a. publicação. Edição de A. F. Pierucci]. S. Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZHOURI, Andréa, ZUCARELLI, Marcos Cristiano. *Vozes da Resistência: Mapeando os conflitos ambientais no estado de Minas Gerais*. 32º Encontro Anual da ANPOCS. GT 4 - Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais. Caxambu, MG, 2008.

TOURAINÉ, Alain. Movimentos sociais. In: MARTINS, J. de Souza, e Foracchi Marialice M. (org.). *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1977.